

resultado do trabalho de todo o setor pecuário paulista, incluindo o Serviço Veterinário Oficial, os produtores rurais, as indústrias produtoras de vacinas contra a febre aftosa e os estabelecimentos que revendem essas vacinas. A Resolução SAA n.74, de 27/11/2009, determina que anualmente a vacinação contra a febre aftosa seja obrigatória e efetuada no mês de maio, em todos os bovinos e bubalinos na faixa etária de até 24 meses e, no mês de novembro, em todo o rebanho. O presente trabalho divulga os procedimentos utilizados para registro da comercialização das vacinas e a declaração da vacinação com o emprego do sistema informatizado desenvolvido no Estado de São Paulo, e apresenta os resultados alcançados nas últimas etapas de vacinação realizadas. Os dados da comercialização de vacinas e a declaração da vacinação dos rebanhos são registrados pelo Sistema Informatizado GEDAVE (Gestão em Defesa Animal e Vegetal), desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) em conjunto com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). O sistema pode ser acessado por funcionários da CDA e usuários externos, incluindo médicos-veterinários habilitados, revendas de produtos veterinários e produtores rurais. Na etapa de maio/2013 foram vacinados 4.123.352 bovinos, 97,97% dos 4.208.756 envolvidos. Em novembro/2013 foram vacinados 10.222.109, 98,68% dos 10.358.526 animais envolvidos naquela etapa. Na etapa de maio/2014 havia 4.103.183 animais envolvidos, tendo sido declarada a vacinação de 4.069.543 bovinos (99,18%). Em novembro/2014, foram vacinados 9.883.841 bovinos (99,02% dos 9.981.723 animais envolvidos). Na última etapa, realizada em maio/2015, foram vacinados 4.173.816 animais, 99,43% dos 4.197.814 bovinos envolvidos. O Estado de São Paulo tem apresentado elevados índices de vacinação contra a febre aftosa nas últimas etapas oficiais, o que auxilia a manutenção do reconhecimento sanitário pelo MAPA e pela OIE e possibilita a valorização da pecuária paulista. A utilização do sistema informatizado GEDAVE aumenta a transparência e a confiabilidade nos resultados obtidos pelo Estado de São Paulo.

**Palavras-chave:** Febre aftosa. Vacinação. Defesa sanitária animal.

### 32 ATENDIMENTO À SUSPEITA DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS EM APICULTURA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Investigation of a Suspected Pesticide Poisoning in Honey Bees in Parana Central South  
KAHLOW, C.1; MENDES, M. H. T.1; CASTRO, J. H. T.1; TOSATO, J. M. T.1; GARBELINI, R. P.1  
1 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Rua dos Funcionários, 1.559, CEP: 80035-050, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: cassianokahlow@adapar.pr.gov.br.

A intoxicação por agrotóxicos é um problema cada vez mais frequente no cenário da apicultura nacional. Com a necessidade do controle de pragas por parte dos produtores, a influência de agrotóxicos nas criações apícolas localizadas em regiões próximas a essas plantações tem se tornado uma preocupação constante. O presente trabalho relata que houve mortalidade de abelhas por suspeita de intoxicação por pesticidas. A atividade foi realizada por fiscais de Defesa Agropecuária da Adapar, em fiscalização conjunta envolvendo as Gerências de Saúde Animal e Sanidade Vegetal. A sua descrição tem o objetivo de subsidiar o fiscal a campo, demonstrando as dificuldades encontradas na identificação causal, na colheita de material e no diagnóstico da mortalidade em abelhas. Em dezembro de 2014 houve uma denúncia de mortalidade de abelhas no município de Irati, em uma propriedade com aproximadamente 80 colmeias de *Apis mellifera*, dividida em dois apiários. O apiário próximo à residência possuía 60 caixas de abelhas e foi menos acometido, mas apresentou algum nível de mortalidade. O apiário localizado próximo à lavoura, com 20 caixas de abelhas, encontrava-se com mortalidade mais elevada. Foram inspecionadas várias caixas. Em duas foi observada altíssima mortalidade, com presença de abelhas adultas mortas dentro e fora da caixa. As abelhas sobreviventes estavam atordoadas e moribundas. Ambos os apiários manifestaram sinais clínicos semelhantes, em diferentes graus de acometimento. As caixas possuíam melgueira, ninhos e larvas normais com ausência de doenças aparentes e quadro clínico sugestivo de mortalidade súbita. Foi realizada a colheita de material, conforme descrito no Manual Veterinário de Colheita e Envio de Amostras do Mapa/Panafosa, para exames de detecção de inseticidas. Porém, esses compostos orgânicos são de rápida degradação e difíceis de serem detectados, mesmo quando a amostra é congelada e enviada em tempo hábil. A grande maioria dos laboratórios não possui um protocolo específico para análise de resíduos de pesticidas em abelha, o que dificulta o diagnóstico definitivo. No caso relatado, não foi identificado o agente causal e o fechamento do caso foi realizado apenas pela observação e achados. A rápida identificação do quadro clínico, a fiscalização constante da correta aplicação de agrotóxicos na lavoura, a ação conjunta entre as áreas animal e vegetal e o conhecimento da metodologia de colheita e envio de amostras são ações que devem ser desencadeadas para propiciar correto diagnóstico, mas não mais importantes que a conscientização do produtor para a adoção de alternativas viáveis ao controle de pragas das lavouras que não tenham impacto sobre as abelhas.

**Palavras-chave:** Abelhas. Pesticidas. Mortalidade.

### 33 ATUAÇÃO DO SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL DE RORAIMA NO ATENDIMENTO A SUSPEITAS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATORIA

Performance of the Roraima veterinary service officer on call a suspicious of mandatory notification of diseases

FARIAS, J. K. O.1; RODRIGUES, Y. S. S.1; BARBOSA, L. J. N.1; SOBENK, L.1  
1 Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima. R. Cel. Mota, 1.142, Centro, CEP: 69301-120, Boa Vista, RR. E-mail: kleber27@bol.com.br.

No Estado de Roraima, com o aumento do corpo técnico concursado e o aprimoramento da estrutura geral do Serviço Oficial da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (ADERR), houve um acréscimo no número de atendimentos a suspeitas de doenças de notificação obrigatória. Por exigência do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instrução Normativa n. 50, de 24 de setembro de 2013, tais doenças devem ser informadas e investigadas, onde as medidas de saúde animal precisam facilitar o comércio seguro de animais e dos seus produtos. O presente trabalho efetua a comparação dos números de atendimentos com as ocorrências das doenças de notificação obrigatórias entre os anos de 2013, 2014 e de janeiro a agosto de 2015. Os dados obtidos foram oriundos das Unidades de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima e enviados à Gerência de Monitoramento e Controle da ADERR, onde são processados, analisados e submetidos ao Departamento de Saúde Animal do MAPA. No ano de 2013 não ocorreram notificações, no ano de 2014 houve nove notificações e de janeiro a agosto de 2015, outras nove. Depreende-se, portanto, que no período de observação houve o aumento das notificações e suspeitas de doenças nos animais susceptíveis à síndrome vesicular e síndromes de notificação obrigatória no Estado de Roraima. **Palavras-chave:** Roraima. Serviço Veterinário Oficial. Notificação de doenças.

### 34 NOVAS OCORRÊNCIAS DE MORMO NO ESTADO DO CEARÁ

New occurrences of glanders in State of Ceará

CARVALHO, A. L. de 1; CARVALHO NETO, M. de 2  
1 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará, Av. Bezerra de Menezes, 1.820, CEP: 60325-002, São Gerardo, Fortaleza, CE, Brasil.  
2 ADAGRI. Quixadá, CE, Brasil. E-mail: milton.carvalho@adagri.ce.gov.br.

O mormo é uma doença infectocontagiosa quase sempre fatal, que acomete os equídeos e o homem. Causada pela bactéria *Burkholderia mallei*, manifesta-se na forma aguda ou crônica, caracterizando-se pelo aparecimento de nódulos e ulcerações no trato respiratório e/ou na pele. A transmissão do mormo acontece principalmente pela ingestão de água e alimentos contaminados. É uma doença de importância sanitária e de notificação obrigatória. Os primeiros casos de mormo atendidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI) foram registrados no ano de 2012. Nos anos de 2012, 2013 e 2014 houve, respectivamente, 11, 27 e 14 ocorrências da doença. Até o mês de setembro de 2015 foram registrados 12 equídeos com exames positivos para mormo no teste de Fixação de Complemento, realizado em laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Dos 12 casos do ano de 2015, nove já foram confirmados como focos da doença. As propriedades, localizadas nos municípios de Caucaia, Icó, Itapiúna, Jati, Iguatu, Aquiraz e Maracanaú, encontram-se em regime de saneamento, incluindo quatro animais com laudo anticomplementar, seis inconclusivos e 18 positivos, aguardando confirmação. Os outros três casos estão sendo submetidos ao teste imunológico da maleína. Enquanto não se caracterizam como foco, as propriedades foram interditadas, para evitar o risco de disseminação da doença. A ADAGRI tem intensificado as ações de vigilância e fiscalização do trânsito de equídeos e, principalmente, dos eventos pecuários, uma vez que as aglomerações de animais propiciaram a propagação do mormo. **Palavras-chave:** *Burkholderia mallei*. Mormo. Maleína.

### 35 CEARÁ: PROGRAMA ESTADUAL DE SANIDADE EQUÍDEA

Ceará: State program of Equid Health

CARVALHO NETO, M.1; CARVALHO, A. L.2  
1 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará, Quixadá, CE, Brasil.  
2 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará. Av. Bezerra de Menezes, 1.820, CEP: 60325-002, São Gerardo, Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: milton.carvalho@adagri.ce.gov.br.

O Programa Estadual de Sanidade Equídea (PESE), incluído entre programas sanitários da Diretoria de Sanidade Animal da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI, efetua o controle do mormo e da Anemia

Infecciosa Equina (AIE). A AIE é uma doença viral dos equídeos que acomete os animais de todas as raças e faixas etárias. O agente etiológico do mormo é a bactéria *Burkholderia mallei* que infecta os equídeos e também o homem. No Estado do Ceará, a Anemia Infecciosa Equina apresenta um quadro endêmico e crescente, sendo que, em 2015, até o mês de agosto, foram registrados 604 casos da doença. Para o mormo, foram registrados casos pontuais em alguns municípios do Estado, onde a ADAGRI está atuando intensivamente no saneamento dos focos, visando a sua erradicação. Diante desse quadro e visando ao controle dessas doenças, a ADAGRI vem intensificando as ações de controle do trânsito, de fiscalização em eventos agropecuários, educação sanitária, capacitação de seus técnicos, cadastramento e atualização do cadastro das propriedades com equídeos. **Palavras-chave:** Adagri. Anemia. Mormo.

### 36 ZONAS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA ELETRÔNICAS: PROCEDIMENTO INOVADOR DO SISTEMA INFORMATIZADO DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ

Electronic protection and surveillance areas: innovating tool of Paraná Animal and Plant Health and Inspection Agency computerized system

CASTRO, J. H. T.1; FREITAS, M. C. D. O.1; DIAS, R. G.1; VIEIRA, R. V.1; SOUZA, P. S.1; TACHIBANA, A. M.1; KAHLOW, C.1; MENDES, E. L. G.1  
1 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Rua dos Funcionários, 1.559, CEP: 80035-050, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: joaoteotonio@adapar.pr.gov.br.

Tendo em vista a importância do agronegócio para o Estado do Paraná, situado na atualidade como o primeiro em produção de carne de frango e o décimo na produção de carne bovina no Brasil, fica explícita a necessidade de o poder público estadual inovar e agilizar a capacidade de atuação em eventuais emergências sanitárias. A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (ADAPAR), por intermédio das Gerências de Saúde Animal e Tecnologia da Informação, criou interfaces entre o cadastro eletrônico de explorações pecuárias de aves e bovinos dos produtores paranaenses e o geoprocessamento das propriedades, de modo a possibilitar a localização espacial de todas as explorações com a lista de produtores na zona de vigilância e proteção a partir de um determinado ponto, sendo que para as aves e bovinos os raios da zona de proteção (perifocal) e de vigilância são, respectivamente, de 3 e de 10km. Com isso, é possível levantar-se com mais precisão as propriedades vizinhas de um foco de qualquer doença de controle oficial, otimizando tempo e os recursos do serviço de defesa do Estado do Paraná. O presente sistema está disponível a todo o serviço de defesa sanitária animal da ADAPAR, e desde então vem sendo utilizado para o estabelecimento de distâncias, inferência de riscos e também para auxiliar nas mais variadas ações do Serviço Veterinário Oficial, tais como: obtenção *on-line* da lista de propriedades e na realização de ações educativas de vacinação contra a raiva dos herbívoros na zona perifocal. O procedimento também é utilizado na atribuição das distâncias a serem consideradas para a construção de aviários comerciais com finalidades de corte, postura e reprodução. Essa nova funcionalidade de geoprocessamento está disponível no Sistema de Defesa Sanitária Animal (SDSA) desenvolvido pela Companhia de Informática do Paraná – Celepar em todos os servidores da Adapar da área técnica em variados graus de acesso. Assim sendo, a zona de vigilância e proteção das espécies bovina e avícola no sistema informatizado tornou-se um instrumento prático, auditável, ágil para as ações emergenciais e até mesmo eletivas (mensuração das distâncias entre aviários) do Serviço Veterinário Oficial, trazendo mais segurança, rapidez e precisão na execução de suas atividades. **Palavras-chave:** Foco. Vigilância. Geoprocessamento.

### 37 O BEM-ESTAR DE SUÍNOS E CAUSAS DE CONDENÇÃO EM ABATEDOUROS DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO PARANÁ EM 2010

The swine's welfare and causes of condemnation slaughterhouses of Paraná inspection service in 2010

PEDRI, A. C. B.1; CASTRO, J. H. T.1; CARNEIRO, E. M.1; RUBINI, C.1  
1 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Rua dos Funcionários, 1.559, CEP: 80035-050, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: joaoteotonio@adapar.pr.gov.br.

O bem-estar animal ainda não é uma prioridade dos produtores e consumidores brasileiros; entretanto, é importante a educação sanitária das pessoas envolvidas na cadeia produtiva para melhorar as condições dos animais e a qualidade das carnes. O presente trabalho foi realizado coletando dados compilados pela sede da Gerência de Inspeção do Paraná (GIPOA) sobre os abates de

suínos realizados em matadouros fiscalizados por esse Serviço de Inspeção no ano de 2010 com o emprego da planilha padrão. Esses dados são repassados mensalmente pelos inspetores aos fiscais de Defesa Agropecuária da GIPOA nas Unidades Regionais da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) e encaminhados à sede. Após isso, foram selecionadas apenas as lesões que pudessem indicar potenciais falhas no bem-estar de suínos. Durante o ano de 2010 morreram 125 suínos nas pocilgas e 246 durante o transporte. Foram abatidos 303.530 suínos das diversas categorias nos abatedouros do SIP/POA, encontradas 140.457 lesões nas linhas de inspeção e 4.614 (1,5201%) do total das carcaças foram desviadas ao Departamento de Inspeção Final (DIF) por apresentarem lesões nas linhas de inspeção que poderiam ter alguma influência na carcaça. Após a tomada das devidas providências pelo médico-veterinário responsável pela inspeção local, tiveram os destinos: condenação total, banha, embutidos cozidos, congelamento ou liberação, tendo como base o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Não foi relacionada a quantidade em quilogramas ou partes de carcaça com a devida destinação. Do total de órgãos condenados e carcaças desviadas, 48,2004% e 50,1515%, respectivamente, podem ter relação com falhas no bem-estar animal. As lesões e o estresse gerados desde a granja até o abate diminuem a qualidade das carcaças, aumentando as condenações e os prejuízos aos produtores e à indústria. A importância dos serviços de inspeção está na garantia de que os produtos de origem animal cheguem aos consumidores sem riscos de causar enfermidades e, mais atualmente, também em minimizar os danos ao bem-estar animal. Como verificado neste trabalho, boa parte das lesões encontradas nos abatedouros pode ter origem em falhas no bem-estar animal. Em razão disso, são imperativas as melhorias da educação sanitária dos produtores e demais pessoas envolvidas na cadeia produtiva e aplicação dos conhecimentos, de modo que as ocorrências detectadas na inspeção sejam reduzidas, contribuindo para implantação dos conceitos de BEA e valorizando ainda mais a carne suína paranaense. **Palavras-chave:** Bem-estar animal. Suínos. Abate.

### 38 NOTIFICAÇÕES DE DOENÇAS DE OVINOS RECEBIDAS PELO SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL EM 2014

Notifications of sheep diseases by Official State Veterinary Service of Rio Grande do Sul in 2014

AZEVEDO, D. L.1; CAMPOS, F. L.1; KOHEK, I. Jr.1  
1 Departamento de Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, Av. Getúlio Vargas, 1.384, Menino Deus, CEP: 90150-004, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: daniela-azevedo@seapa.rs.gov.br.

O Estado do Rio Grande do Sul contabiliza o maior rebanho de ovinos do país, representando 24,6% da ovinocultura brasileira, expressando-se como importante atividade econômica e cultural. Assim como nas demais espécies de animais de produção, a sanidade do rebanho de ovinos é assegurada pelas atividades executadas pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO), com o atendimento das notificações de ocorrências de enfermidades de notificação compulsória, definidas nas legislações estadual e federal, contando, desde 2014, com o Programa Estadual de Sanidade Ovina (PROESO). O presente trabalho avaliou as principais enfermidades notificadas ao SVO, assim como as suas distribuições geográficas e os números de animais afetados. Foram levantados os dados que constavam nos Formulários de Investigação Epidemiológica (Form-in) referentes ao período de janeiro a dezembro de 2014, constantes do banco da Seção de Epidemiologia e Estatística (SEE). Dos 790 Form-in recebidos pela SEE das diferentes espécies de animais, houve 37 (4,68%) ocorrências em ovinos, tendo como diagnósticos: epididimite ovina 43%, sarna ovina 27%, língua azul 14%, ectima contagioso 8%, síndrome nervosa, intoxicação e coenurose 3%. A patologia mais frequente foi a epididimite ovina, cujo controle é parte integrante do plano de ação instituído por meio do PROESO. A epididimite é uma doença de notificação compulsória ao SVO e são considerados animais infectados pela *Brucella ovis*, ovinos que apresentem resultado positivo em qualquer uma das técnicas diagnósticas recomendadas pela Divisão de Defesa Sanitária Animal para detecção direta ou indireta do respectivo agente infeccioso. No que se refere à distribuição geográfica, das notificações, por mesorregião, tem-se: Sudoeste Rio-grandense 30%, Sudeste Rio-grandense 24%, Metropolitana de Porto Alegre 19%, Centro Oriental Rio-grandense e Centro Ocidental Rio-grandense 8%, Noroeste e Nordeste Rio-grandense 2%. A mesorregião mais afetada foi a Sudoeste Rio-grandense, localização da maior população de ovinos no Estado. Os resultados obtidos demonstram a relevância das ações implementadas pelo PROESO e reforçam a importância do registro das atividades do SVO com a sua posterior análise, de modo a auxiliar a gestão de medidas sanitárias no Estado do Rio Grande do Sul. **Palavras-chave:** Defesa sanitária animal. Ovinos. Serviço Veterinário Oficial.